

Por Geórgia Moraes

O ex-suplente do Conselho Fiscal do Fundo de Pensão da Petrobras (Petros), Sérgio Salgado, detalhou para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão da Câmara dos Deputados dois casos de prejuízos que ele considera emblemáticos, envolvendo compra de ações da Itaúsa e da Lupatech.

No primeiro negócio, a Petros investiu 3 bilhões de reais em 2010, em ações que hoje valem metade disso. No segundo negócio, a Petros aplicou 400 milhões de reais na empresa, em títulos que hoje são avaliados em 223 mil reais. O ex-conselheiro é beneficiário do fundo, e considerou os investimentos contrários aos interesses dos aposentados.

O relator da CPI, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), avalia, no entanto, que o depoente não conseguiu provar se os prejuízos foram resultado de mercado ou se houve má fé dos dirigentes e prometeu aprofundar a investigação.

Já o sub-relator de investimento, deputado Marcos Pestana (PSDB-MG), considerou o modelo da operação da Petros exótico, especialmente no caso da Itaúsa, em que as ações compradas da Camargo Corrêa não davam direito a assento no conselho da empresa.

"Você pega até um patrimônio saudável, um ativo saudável, como ações da Itaúsa, e ainda assim no processo, coisas estranhas ocorrerem. A estranheza de uma operação desse tipo, fechada dois dias depois da eleição presidencial, com um prejuízo já inicial do valor de mercado e sem objetivos claros", falou o deputado.

Funcef

O diretor de Participações Societárias e Imobiliárias da Fundação dos Economiários Federais (Funcef), Carlos Augusto Borges, detalhou a política de investimentos praticada pela entidade, que envolve vários pareceres de risco e análises técnicas, bem como decisões colegiadas em todos os investimentos acima de 500 milhões de reais.

Carlos Borges não detalhou, entretanto, investimentos e prejuízos no fundo Multiner, do setor de energia elétrica, citados pelo relator da CPI, deputado Sergio Souza, como um dos negócios que causaram prejuízos à Funcef. Souza avalia que o episódio pode indicar ter havido gestão temerária ou fraudulenta dentro da Funcef, entre 2009 e 2012.

"Já era bem claro naquele momento que esse Fip, ele tinha diversos problemas, inclusive a Aneel já tinha suspenso várias licenças de operação da Multiner. Por que a Funcef mesmo assim continuou investindo em algo que aparentava prejuízo certo?", questionou o deputado.

Souza também perguntou ao diretor da Funcef sobre investimentos em ações da empresa Vale do Rio Doce, que teriam tido o preço alterado para mascarar déficit no fundo. O diretor da Funcef, no entanto, explicou que a variação deveu-se ao preço do minério de ferro e que a operação não foi irregular.

Sergio Souza contra-argumentou que a própria Previc, órgão regulador do setor, considerou a operação uma manobra contábil. Borges negou essa possibilidade e disse que a Funcef está sujeita a auditorias externas.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#), em 12.11.2015.